

# Ciência e Tecnologia perde prazo e fica sem projeto

BRASÍLIA — A Comissão da Família, da Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação encerrou seus trabalhos à 1h10m da manhã de ontem sem ter conseguido aprovar um relatório para encaminhar à Comissão de Sistematização. As 23h20m de anteontem, quando a sessão reabriu depois de uma quarta tentativa de negociação entre a esquerda e a direita, já havia fracassado definitivamente qualquer tentativa de entendimento.

O acordo não saiu porque o ministro Antônio Carlos Magalhães não quis. Quem detém as telecomunicações deste país detém também as telecomunicações de muitos daqui. Muitos teleguiados abdicaram de sua condição de constituintes", acusou, da tribuna, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), um dos negociadores da esquerda. O grupo da direita chegou a entregar ao presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), um documento assinado por 32 integrantes e que pretendia fosse apresentado à Comissão de Sistematização como "a posição da maioria". A esquerda assinou o substitutivo do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), entregue à mesa por ele e Zanetti. Apenas o documento da maioria foi lido por Gadelha.

**Monopólio** — Embora estivessem ainda pendentes a questão da educação pública e do Conselho de Comunicação, o principal motivo do rompimento foi o artigo do substitutivo de Távola que mantinha o monopólio estatal das comunicações e postal. Os conservadores se dividiram nesta questão, assim como estavam divididos na questão do Conselho de Comunicação.

Na última etapa de negociações, os líderes ligados ao ministro das Comunicações deixaram claros seus objetivos: queriam o fim do monopólio de telecomunicações e postal e não admitiam, em hipótese alguma, a formação de um Conselho de Comunicação. Os ligados à Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), como o deputado Mendes

Ribeiro, admitiam a concessão na forma prevista pela última versão do substitutivo — nas mãos do Poder Executivo, mas submetida ao Poder Legislativo e após ouvido o parecer técnico do Conselho de Comunicação — e admitiam a abertura do monopólio das telecomunicações e postal por concessões, possível também no substitutivo.

Segundo um dos presentes, a palavra definitiva veio após inúmeros telefonemas dados ao ministro Antônio Carlos pelo deputado Mendes Ribeiro: não haveria o acordo. Reaberta a sessão, o senador Marcondes Gadelha, que nos três dias da votação apenas decidiu em favor da maioria conservadora, ainda insistiu na votação dos destaques — que, pelo regimento, não poderiam ser apreciados, já que o substitutivo, que seria o objeto da emenda, havia sido derrubado.

A partir daí, mais uma vez pela insistência de Gadelha em levar adiante a votação, os tumultos que marcaram todo o domingo começaram. Gadelha tentou condicionar um pedido de questão-de-ordem do líder do PMDB, Mário Covas, pela segunda vez. Covas começou a argumentar contra a votação, afirmando que "ela seria a mesma coisa que vestir um morto que já está enterrado", mas acabou declinando da palavra, em protesto contra a atitude de Gadelha. O deputado Cássio Cunha Lima, do PMDB da Paraíba, argumentou contra a votação dando um exemplo da cidade de Gadelha: "Se um matuto de Sousa rasga a calça, ele faz um remendo na calça. Mas se ele não tem calça não faz remendo em coisa nenhuma".

Artur da Távola fez um longo discurso afirmando que, embora estivesse triste porque a sessão representava um "enterro de um sonho", estava feliz porque tinha certeza de que "este sonho traduz os sentimentos da maioria do povo". Gadelha encerrou a sessão culpando pelas decisões que tomara contra a minoria progressista sobretudo o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

acionado e dará prazo para o poder competente adotar providências para o cumprimento da Constituição.

- Entidades nacionais, partidos políticos e Assembleias Legislativas podem propor a ação de inconstitucionalidade em tese da lei.
- O mandato do atual presidente vai até 15 de março de 1990.
- Lei complementar, de iniciativa do Presidente, estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, preparo e emprego das Forças Armadas.

**Comissão da ordem econômica**

O direito de propriedade é preservado. Salvo no caso previsto para a reforma agrária, de terras que não cumpram com a função social, as indenizações são prévias e pagas em dinheiro.

Empresa nacional é definida como aquela cujos proprietários majoritários tenham domicílio no Brasil, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

A empresa nacional pode ter proteção temporária nos setores que interessem à segurança e ao avanço tecnológico. É a reserva de mercado de maneira mais branda do que a exercida atualmente.

Monopólio do petróleo é estendido ao refino, aos oleodutos e ao transporte marítimo.

**Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças**

- É criado o imposto sobre herança.
- Os estados poderão instituir um adicional de 5% sobre o que o contribuinte desconta para o imposto de renda.
- Aumenta de 14% para 21,5% o percentual dos estados no Fundo de Participação, alimentado pelo IPI e IR; o percentual dos municípios passa de 17% para 22% do mesmo fundo.
- Percentual especial de 2% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios é destinado especificamente ao Norte e Nordeste.
- Uma parcela de 10% do IPI é destinada exclusivamente aos estados exportadores.
- São diferenciadas as atribuições do Banco Central e do Banco do Brasil. O Banco do Brasil fica com as atividades de fomento, enquanto o Banco Central ganha maior autonomia. Seu presidente é aprovado pelo Congresso, com mandato certo.
- Os orçamentos do estado e das estatais passam a ser distribuídos na proporção direta da população da região a que são destinados. Os estados de maior população terão mais verbas da União.

**Comissão da Ordem Social**

- Os trabalhadores ganham novos direitos trabalhistas, entre os quais a estabilidade a partir de 90 dias de emprego e a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais.

O direito de greve é liberado, ficando os trabalhadores com a responsabilidade do funcionamento dos serviços essenciais para a população.

A liberdade sindical fica assegurada, com unicidade na base. Ou seja, cada categoria só pode ter um sindicato por base territorial.

O Brasil define-se como país pluri-étnico e protege as culturas indígenas e negra. É a primeira vez que o país assume a condição de mulato e mestiço.

A discriminação passa a ser punida como crime inafiançável.

**Comissão da Organização dos Poderes**

- O sistema de governo é o parlamentarismo, a partir de 15 de março de 1988.
- O Legislativo terá maiores poderes e serão maiores as funções das suas comissões, que poderão convocar ministros e aprovar ou rejeitar projetos em última instância.
- O Supremo Tribunal Federal passa a ter as características de Tribunal Constitucional e julgar inclusive a inconstitucionalidade por omissão.
- Nos municípios, o juiz de paz passa a ter funções de conciliação e de instrução do processo judicial.
- O ministério público ganha nova estrutura e atribuições. É criada a Procuradoria Geral da União para defender os interesses do poder público. E a Procuradoria Geral da República passa a ter atribuições do ministério público e da defensoria do povo.
- São oficializados os cartórios judiciais, ou seja, os que funcionam dentro dos fóruns.



Ocupantes da tribuna cantaram o Hino Nacional quando encerrou a sessão

## Cabral define Ciência e Tecnologia

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização terá de pronunciar-se sobre os relatórios das três subcomissões cujos temas eram afetos à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde o desentendimento entre seus componentes impediu a votação de um substitutivo. O relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pretende basear-se nos trabalhos aprovados pelas subcomissões, nos dois substitutivos do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que foram rejeitados, e nas propostas entregues pelos 38 constituintes da comissão de Ciência e Tecnologia.

O relator da Sistematização, que recebeu os substitutivos das outras sete comissões temáticas, deverá apresentar no dia 26 o primeiro esboço da nova Constituição ao plenário da comissão. Como terá de compatibilizar os trabalhos recebidos, Cabral disse que "nada poderá ser introduzido, no que se refere ao mérito." Só haverá votação dos assuntos referentes à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Cabral vai promover reuniões com a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), o senador João Calmon (PMDB-ES), o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) — os três foram relatores das três subcomissões englobadas pela Ciência e Tecnologia — e com o deputado Artur da Távola, que foi relator dessa comissão. Pretende utilizar ainda subsídios de outras comissões que tenham tratado do assunto, para elaborar a sua proposta.



**Primeira reunião** — A primeira reunião de trabalho do relator da Sistematização com os relatores auxiliares foi ontem de manhã. Cabral definiu com o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) as funções de cada grupo e o esquema de trabalho. Na primeira fase, o Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado) fará a justaposição dos textos aprovados.

Fernando Henrique e Jobim serão encarregados de analisar o mérito do que foi aprovado pelas comissões temáticas e redigirão o esboço da Constituição, sem modificar os substitutivos. Oliveira fará o papel de elemento de ligação com os relatores de campo, que terão a incumbência de detectar os pontos conflitantes.

Como os relatores de campo não terão acesso ao texto dos relatores auxiliares, a presença do deputado Joaquim Bevilacqua — que pertence ao primeiro grupo de auxiliares de Cabral — na reunião causou surpresa. Ele alegou que comparecera a convite do relator da Sistematização. Depois, na reunião com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, Fernando Henrique e Jobim manifestaram preocupação com a possibilidade de que os relatores de campo influem na redação do esboço da Constituição.

Os dois pretendem apresentar o texto até o início da próxima semana. Mas antes de entregar o trabalho a Cabral, Fernando Henrique e Jobim vão submetê-lo a Covas e ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

### Conselho político

O presidente José Sarney vai fazer na quinta-feira, no Palácio do Planalto, a primeira reunião do Conselho Político do governo depois da edição do Plano Bresser de estabilização da economia. Sarney pretende elaborar, a partir das lideranças, uma estratégia que garanta o necessário respaldo político para o plano, segundo informou o porta-voz da presidência, jornalista Frota Neto. Apesar da confirmação da data, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ainda não foi convocado para a reunião.

Fazem parte do Conselho Político os líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado, além do ministro da Justiça e do chefe do Gabinete Civil da presidência. Segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, o presidente Sarney acha fundamental obter o respaldo dos partidos da Aliança Democrática para o Plano Bresser. Chiarelli disse que o Conselho Político vai examinar alternativas legais para ampliar a fiscalização no controle de preços.

Estuda-se pelo menos um projeto de lei a ser enviado ao Congresso com penas rigorosas nos crimes contra a economia popular.

## As mudanças, por comissão

Das 14 mil emendas que discutiu nos últimos 70 dias, desde que suas 24 subcomissões começaram a trabalhar, a Constituinte extraiu um elenco de medidas que mudarão o perfil do país, se resistirem aos debates e às votações das próximas etapas de seu trabalho. A seguir, por comissão temática, as principais mudanças:

### COMISSÃO DA SOBERANIA E DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER

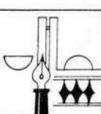
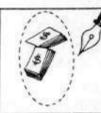
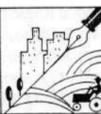
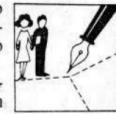
- O fundamento da comunhão nacional é a dignidade da pessoa humana, cujos direitos são intocáveis.
- A tortura é considerada crime de lesa-humanidade, sem fiança, prescrição ou anistia.
- Não haverá distinção entre os filhos naturais, legítimos ou não, e os adotivos. A lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal. Ou seja, o divórcio não ficará limitado apenas a uma vez.
- Todos têm acesso às informações e referências que digam respeito a cada um, registradas em qualquer entidade.
- A inviolabilidade do domicílio é estendida às sedes de associações e de ensino, reivindicação das associações de moradores do Rio.
- Participação direta dos cidadãos e dos movimentos sociais ou associações através de vários mecanismos no processo de decisão do poder público. São previstas a possibilidade de plebiscito e de iniciativa de apresentação de projetos de lei por parte da população. Estão criados a defensoria do povo e o Tribunal de Garantias Constitucionais.
- O direito de asilo é amplo. O Brasil não se nega a ser o país de primeiro asilo e só aceita discutir a extradição com o asilado já em território nacional.

### COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, A CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO

- Esta Comissão não conseguiu votar um novo texto, após rejeitar o parecer do relator. Vão para a Comissão de Sistematização as conclusões anteriores, das Subcomissões, como meros subsídios ao relator:
- É criado o plano de carreira nacional do magistério. Haverá concurso público para acesso e serão seguidos padrões dignos de remuneração e condições de trabalho.
- Ensino fundamental será gratuito e obrigatório com oito anos de duração, podendo o cidadão acionar o Estado para o seu cumprimento.
- 18% dos impostos arrecadados pela União e 25% dos Estados e Municípios são destinados à educação.
- É proibida a cobrança de taxas e contribuições nas escolas públicas.
- O mercado interno é considerado patrimônio nacional, permitidas as reservas de mercado tendo em vista o desenvolvimento e a autonomia tecnológica.
- A construção de centrais nucleares depende de aprovação do Congresso Nacional.
- Cabe à União, ad referendum do Congresso, a outorga de concessões de rádio e televisão.
- As uniões de fato estáveis são equiparadas à família pelo casamento para fins de proteção do Estado. É reconhecida como família e elo entre um dos progenitores e seus filhos. Pai solteiro ou mãe solteira e seus filhos, por exemplo, constituem família.

### Comissão da organização eleitoral, partidária e garantia das instituições

- É dado o direito de voto aos cabos e soldados, salvo os conscritos durante o serviço militar obrigatório.
- Exige-se maioria absoluta (metade mais um do total de votos válidos) nas eleições de governadores e prefeitos. Se o candidato não obtiver maioria absoluta, haverá eleição em segundo turno.
- Os partidos só concorrem se no total de eleitores da circunscrição eleitoral tiverem meio por cento de filiados.
- Fim das medidas de emergência e do estado de emergência, que são substituídos pelo estado de defesa, submetido ao Congresso Nacional. Permanece o estado de sítio.
- Haverá serviços alternativos para os que se negaram a prestar o serviço militar obrigatório por motivos de consciência. Hoje, quem se nega a prestar serviço militar perde a cidadania, deixa de ser brasileiro.
- Cria-se a figura da inconstitucionalidade por omissão: o Supremo Tribunal Federal pode ser



## Marchezan quer ser prefeito e muda para PFL

BRASÍLIA — O ex-deputado e ex-líder do governo do general João Figueiredo, Nelson Marchezan, deverá ser o candidato a prefeito de Porto Alegre pelo PFL. Ele está em fase final de entendimentos com o presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, e os ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Jorge Bornhausen (Educação) e Aureliano Chaves (Minas e Energia), que decidiram revigorar a seção do Rio Grande do Sul. A filiação de Marchezan, segundo dois desses líderes pefelistas, poderá ocorrer em setembro.

A cúpula do PFL pretende, também, formar coligações com o PL, apoiando Alvaro Valle para a prefeitura do Rio e Afif Domingos para a de São Paulo. O objetivo, segundo o ministro Antônio Carlos Magalhães, "é não dividir as forças liberais". Paralelamente, desenvolve-se uma ofensiva para atrair quadros de outros partidos, como a deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP) e Hélio Ferraz (PL-RJ).

**Novo nome** — Para dedicar mais tempo ao trabalho de conquista de novos filiados, a direção do PFL deverá transferir de julho para setembro a convenção nacional convocada pela executiva. Mas há outro motivo para o adiamento: temor também de divisão no partido. Alguns deputados, como Edme Tavares (PB), Raquel Cândido (RO) e Maurício Campos (MG) defendem o rompimento com o governo.

Segundo um dos membros do comando, a proposta de rompimento divide a bancada do partido no Congresso e isso não pode ocorrer agora porque o presidente José Sarney quer um PFL unido em defesa das teses conservadoras na Constituinte.

Para atrair novos quadros, o senador Marco Maciel trabalha na modernização do programa do PFL e não afasta a possibilidade de mudança do nome do partido. A deputada Sandra Cavalcanti (RJ) acha que UDL (União Democrática Liberal) poderia ser a nova sigla, para lembrar a antiga UDN, mas deve prevalecer a sugestão de Maciel: PLD (Partido Liberal Democrático).